

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.790.579 - PR (2019/0002579-6)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**RECORRENTE** : **OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS** : **BRUNO DI MARINO - RJ093384**  
                  **DANIELA GALVAO DA SILVA REGO ABDUCHE E OUTRO(S)**  
                  **- RJ092540**  
                  **BERNARDO GUEDES RAMINA - PR041442**  
                  **NATHALIA COSTA DA FONSECA - RJ163310**  
                  **LUIZA SANTOS ANDRADE - RJ171402**  
**RECORRIDO** : **ANALI PAULATTI FREDERICO**  
**RECORRIDO** : **MARCELO ADRIANO PAULATTI FREDERICO**  
**RECORRIDO** : **SERGIO EVANDRO PAULATTI FREDERICO**  
**RECORRIDO** : **FERNANDO EDUARDO PAULATTI FREDERICO**  
**RECORRIDO** : **FLAVIO AUGUSTO PAULATTI FREDERICO**  
**RECORRIDO** : **DEBORA PRANTE FREDERICO**  
**ADVOGADO** : **NILTON GIULIANO TURETTA - PR023773**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. PEDIDO INCIDENTAL DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA COM CLÁUSULA DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. AUSÊNCIA DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DO CUSTO DO SERVIÇO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. SÚMULA Nº 389/STJ. INCIDÊNCIA. ÔNUS PROBATÓRIO. ART. 333, INCISO I, DO CPC/1973.

1. Ação de adimplemento contratual com pedido indenizatório.
2. A Súmula nº 389/STJ é aplicável aos pedidos de exibição incidental dos chamados contratos de prestação de telefonia com cláusula de participação financeira. Precedentes.
3. A ausência de comprovação da prévia existência de requerimento formal apresentado pelo autor da demanda visando obter os contratos de prestação de serviços de telefonia com cláusula de participação financeira revela sua falta de interesse de agir, impondo a extinção do feito sem resolução meritória. A determinação de exibição incidental desses documentos nessa hipótese (de não comprovação da apresentação do imprescindível requerimento prévio) constitui verdadeira ofensa ao art. 333, inciso I, do CPC/1973.
4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, provido.

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por OI S/A fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

**Recurso especial interposto em:** 14/07/2015.

**Concluso ao gabinete em:** 28/02/2019.

**Ação:** adimplemento contratual apresentada por ANALI PAULATTI FREDERICO E OUTROS, em face da recorrente, em razão de contrato de participação financeira decorrente de aquisição de linha telefônica.

**Sentença:** julgou procedente o pedido, para o fim de condenar a recorrente a pagar o valor das diferenças referentes às ações não subscritas em razão de sua emissão com valor diferente daquele vigente ao tempo da integralização, bem assim das diferenças referentes a dividendos, bonificações e juros sobre capital pagos a menor, cujo valor será apurado em liquidação de sentença por arbitramento. Fixou honorários em 10% sobre o valor da condenação.

**Acórdão:** deu parcial provimento ao apelo interposto pelos recorridos para determinar que a liquidação se dê por simples cálculos; e deu parcial provimento ao apelo da recorrente para determinar que o critério de apuração para fins de indenização por perdas e danos seja o valor de sua cotação na Bolsa de Valores, vigente no dia do trânsito em julgado da sentença, com incidência de correção monetária a partir do trânsito em julgado da sentença, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE ADIMPLENTO CONTRATUAL - CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA EM INVESTIMENTOS DO SISTEMA TELEFÔNICO PRETENSÃO DOS AUTORES/ACIONISTAS AO RECEBIMENTO DE DIFERENÇA DE AÇÕES A QUE TERIAM DIREITO - SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA:

APELO 01 - IRRESIGNAÇÃO QUANTO À LIQUIDEZ DA SENTENÇA - LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO - DESNECESSIDADE - POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO POR SIMPLES CÁLCULOS ARITMÉTICOS - PLEITO DE MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - IMPOSSIBILIDADE - FIXAÇÃO ADEQUADA - CRITÉRIOS DE PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE RESPEITADOS APELO PARCIALMENTE PROVIDO.

APELO 02 - INTERESSE DE AGIR CONFIGURADO - AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DE TAXA ADMINISTRATIVA - INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 389

AO CASO CONCRETO - DEMANDA QUE NÃO SE TRATA DE CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - INAFASTABILIDADE DO PODER JUDICIÁRIO - ARTIGO 5º, XXXV DA CF - LEGITIMIDADE DA BRASIL TELECOM S/A EVIDENCIADA - VALIDADE DAS CÓPIAS DAS FATURAS TELEFÔNICAS - SUFICIÊNCIA DO DOCUMENTO PARA VERIFICAÇÃO DE EVENTUAIS DIREITOS DOS AUTORES - PRESCRIÇÃO - AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA VERIFICAÇÃO - EMISSÃO DE AÇÕES REALIZADA EM MOMENTO DIVERSO AO DA INTEGRALIZAÇÃO, DE MODO LESIVO AO CONSUMIDOR - RECEBIMENTO - DIFERENÇAS - POSSIBILIDADE - MATÉRIA JÁ PACIFICADA NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CÁLCULO PARA VERIFICAÇÃO DA QUANTIDADE DAS AÇÕES - APLICAÇÃO DA SÚMULA 371, DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL - CRITÉRIO DE APURAÇÃO DO VALOR DAS AÇÕES PARA FINS DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS - VALOR DE SUA COTAÇÃO NA BOLSA DE VALORES, VIGENTE NO DIA DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA - JUROS - TERMO INICIAL - DEVIDOS A PARTIR DA CITAÇÃO - GRUPAMENTO DE AÇÕES QUE NÃO IMPLICA ÓBICE PARA A INDENIZAÇÃO - APELO PARCIALMENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

**Embargos de Declaração:** opostos pela recorrente foram desacolhidos.

**Recurso especial:** alega violação artigos 100, §1º e 170 da Lei 6.404/76; 884 e 886 do Código Civil e 333, I, 357 e 535, do Código de Processo Civil, bem como dissídio jurisprudencial. Além de negativa de prestação jurisdicional, aduz, em síntese, que o ônus probatório constitutivo do direito é do recorrido, bem como que a inicial deve ser instruída com o mínimo de provas existentes, especialmente com a individualização das informações. Sustenta a ausência de comprovação da realização do pedido administrativo e do pagamento da taxa de serviço, o que caracteriza falta de interesse processual.

**RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

**Julgamento:** aplicação do CPC/73.

**- Da súmula 568 do STJ.**

A egrégia Segunda Seção desta Corte Superior, tem entendimento consolidado de que a Súmula nº 389/STJ é aplicável aos pedidos de exibição incidental dos chamados contratos de prestação de telefonia com cláusula de participação financeira. Nesse sentido: AgInt no AREsp 1.271.960/DF, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 7/8/2018, DJe 14/08/2018; e AgInt nos EDcl no AREsp 934.742/PR, Rel. Ministro Luís Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 22/11/2016, DJe 1º/12/2016.

Assim, a não comprovação da prévia existência de requerimento formal apresentado pelo autor da demanda visando obter os contratos de prestação de serviços de telefonia com cláusula de participação financeira revela sua falta de interesse de agir, impondo a extinção do feito sem resolução meritória. A determinação de exibição incidental desses documentos nessa hipótese (de não comprovação da apresentação do imprescindível requerimento prévio) constitui verdadeira ofensa ao art. 333, inciso I, do CPC/1973.

Dessa forma, o TJ/PR, ao concluir pela inaplicabilidade da Súmula 389 do STJ ao caso, não se alinhou ao entendimento desta Corte Superior de Justiça. Aplica-se, portanto, a Súmula 568 do STJ.

Assim, impõe-se a decretação da carência de ação por falta de interesse de agir dos recorridos e, por conseguinte, tenho por prejudicada a análise das demais matérias insertas no recurso especial.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, III e V, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, DOU-LHE PROVIMENTO, para decretar a carência de ação por falta de interesse de agir, julgando improcedente o pedido.

Condeno a parte recorrida às custas e aos honorários advocatícios, os quais fixo em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com fundamento no art. 85, § 8º, do CPC/2015.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos

arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Ministra

